



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e um membros, verificando-se a ausência dos Deputados, **Artur Pina Martins, Berta Ferreira Moutinho Amaral, Cláudia Maria Benfeito Martins, Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, do Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, do Presidente da Junta de Freguesia de Granja do Tedo, e do Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço que justificaram a respetiva falta por motivos pessoais e profissionais. -----

O Presidente da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, fez-se representar por **Ana Conceição Lima Azevedo Martins** (Tesoureira) e o Presidente da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira, fez-se representar por **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário dos pedidos de substituição, ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pela Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, que seria substituída nos termos legais e regimentais pelo Deputado **Micael Lamego dos Santos** que também solicitou a sua substituição pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, o Deputado **Sérgio Bernardo Pereira Soares**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e sete minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho e Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. ---

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira, e Carlos Martins dos Santos Portugal**.

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam os trabalhos através da página oficial do Facebook da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

ATA 18 || 2021.2025 Fls. 387



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, a Secretaria da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação das peças do procedimento e das propostas inerentes à aquisição do serviço público de transporte rodoviário de passageiros na região do Douro para os anos de 2025, 2026, 2027, 2028 e 2029ⁱⁱⁱ; -----

a) Autorização para a celebração do acordo de financiamento; [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de setembro]; -----

b) Autorização prévia para a assunção e repartição de compromissos plurianuais; [cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como do artigo 22.º n.os 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 1987/99, de 8 de junho , na sua redação atual. -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da proposta do Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de 2025ⁱⁱⁱ [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de 2025^{iv} [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2025^v [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO SEIS: Outros assuntos de interesse para o Município

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido, não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia relembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”.

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, por quinze votos favoráveis. De referir que no momento da votação, os Deputados **Álvaro Correia Soares Martinho, Gisela Catarina Pereira dos Santos, Eduardo Rodrigues Mendes**, o Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, a Tesoureira da Junta da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia e o Tesoureiro da Junta da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira não participaram da votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa.

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo dado nota que muito previamente a esta reunião foram contactados por duas associações, a Associação A2000 e a Associação Aldeias Humanitar.

Começou por dar a palavra à Associação A2000, Patrícia Neves, para que em representação do projeto “MUDAT - A Mudança começa em ti!”, fizesse a apresentação do mesmo, cujo teor seguidamente se transcreve:

“Boa tarde a todos.

O meu nome é Patrícia e fui eleita pelos meus. O meu nome é Patricia Neves e estou aqui para vos apresentar o projeto desenvolvido este ano, pelo grupo das Atividades Ocupacionais/INR.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A A2000, nos concelhos de Armamar, Tabuaço e Peso da Régua, está desde março a executar um projeto, com o apoio das respetivas câmaras municipais, e co-financiado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) designado “MUDAT – A Mudança começa em Ti!”. Este projeto, que termina agora em dezembro, tem como finalidade diminuir a vulnerabilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI) à exposição à violência, aos maus-tratos/negligência e envolver as comunidades na implementação de medidas que tornem as PCDIs mais autónomas e independentes na sua vida social e recreativa. -----

O MUDAT – A Mudança começa em Ti, pretende ir de encontro à Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD), focando-se em dois dos seus objetivos: promover ações de sensibilização junto das pessoas com deficiência para a prevenção da violência e maus-tratos; criar e implementar um programa de sensibilização das comunidades para a importância da autonomia, autorrepresentação e vida independente. -----

Partindo destes objetivos, ao longo deste ano fomos desenvolvendo atividades para os diferentes públicos-alvo, designadamente, as pessoas com diversidade funcional; as famílias, comunidade escolar e comunidade local (autarquias, juntas de freguesias, associações recreativas e culturais, IPSS's....etc). -----

Numa primeira fase, averiguamos junto das coletividades locais, através de um questionário, a percepção da inclusão, isto é, se integram pessoas com diversidade funcional e, de que forma vivem a deficiência nessas instituições. Responderam ao inquérito um total de 79 instituições (dos 3 concelhos), sendo que 57%, afirmou não ter nenhuma pessoa com deficiência na sua instituição a ocupar cargos dirigentes. Questionados pelo motivo pela não participação, a maioria respondeu “nenhuma pessoa com deficiência mostrou interesse em participar”. -----

Outra questão relevante foi perceber se as instituições estariam interessadas em adquirir conhecimento na área da deficiência, e a maioria (67,1%) respondeu afirmativamente, pois isso facilitaria a integração/inclusão dessas pessoas.-----

Na área da violência, realizamos uma ação de sensibilização, em parceria com a GNR denominada “Violência contra a pessoa com deficiência” dirigida à população em geral, em particular às pessoas com deficiência e familiares. Sendo uma realidade descurada e pouco discutida, é imprescindível que a comunidade e a própria família tenham conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência e saibam como lidar com as necessidades específicas de cada um. A consciencialização e a informação são ferramentas poderosas para prevenir a violência. Ainda neste âmbito, e porque “de pequenino se torce o pepino”, desenvolvemos atividades junto do público mais jovem escolar: para o ensino pré-escolar, através de uma peça de teatro, mostramos aos mais pequenos a importância de respeitar o próximo, mesmo sendo diferente. Para os mais crescidos, criámos um jogo de tabuleiro, com questões sobre o tema e reformulamos o tradicional jogo “Quantos Queres”

ATA 18 || 2021.2025 Fls. 390



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com perguntas sobre Direitos e Violência nas pessoas mais vulneráveis, também como forma de sensibilizar as crianças para o bullying na escola.-----

Internamente, também trabalhámos estes temas em sala, quer com o grupo que desenvolve o projeto, quer com os grupos de formação da A2000, distribuídos pela região, de forma presencial e online.-----

Relativamente ao tema da Vida Independente, organizamos o seminário “Vida Independente....Perspetivas”, no qual convidamos entidades de âmbito regional e nacional que nos elucidaram sobre este tema. Este seminário concretizou-se na cidade do peso da Régua e envolveu os clientes dos três concelhos.-----

Localmente, em Tabuaço, realizámos um world café sob o tema “A Vida independente na pessoa vulnerável: Uma realidade? “com o objetivo de promover o diálogo e a reflexão em torno da questão da Vida Independente nas pessoas com deficiência e vulnerabilidade, favorecendo a construção de uma cultura orientada para a inclusão e envolvendo as forças vivas locais. -----

Numa ação conjunta, os clientes dos 3 concelhos realizaram um vídeo que pretende ser uma bandeira para a questão da deficiência. Com pequenos exemplos do dia-a-dia, mostramos o quanto difícil é, estar na pele de uma pessoa com diversidade funcional, mostramos o quanto difícil é, viver num Mundo ao Contrário. -----

Com estas iniciativas, pretendemos expor que as pessoas com deficiência existem e que têm direitos.-----

Não me querendo alongar mais, resta-me agradecer, todo o apoio prestado pelo município de Tabuaço no desenvolvimento destas atividades e a todos os parceiros que nelas participaram.-----

Como forma de agradecimento e reconhecimento, oferecemos aos representantes aqui presentes, o símbolo do referido projeto, pois, tal como a lagarta se transforma numa borboleta, assim esperamos que o projeto traga transformação na forma de entender e VER a pessoa com deficiência. Esta tomada de consciência, é essencial para a promoção dos valores da igualdade e o respeito pelas diferenças. Afinal de contas o nosso mote é mesmo esse: “MUDAT: A Mudança começa em ti!” -----

Finalizo esta apresentação, convidando todos os presentes a assistirem ao vídeo “O Mundo ao Contrário”. -----

Muito obrigada.” -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal questionou os Deputados sobre a pretensão de intervir, tendo-o feito o Deputado **Cristófe Pedrinho**, que após cumprimentar os presentes na sessão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deu os parabéns à Associação A2000, afirmando ser essencial para toda a sociedade e principalmente para as famílias dos próprios utentes. -----

Continuou dando força para continuarem a fazer o que fazem e para que possam também melhorar a sociedade com o seu trabalho no dia-a-dia, com pequenos gestos, finalizou desejando um Feliz Natal e um Bom Ano Novo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu e posteriormente, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, começou por exaltar o trabalho que é levado a cabo diariamente pela Associação A2000, um projecto que pode parecer um pouco comum, mas que se orgulham muito, de muitos outros projetos, mas este mais, porque todos os dias conseguem perceber que marca a diferença. -----

Referiu ainda que existem muitas pessoas quer em Tabuaço, quer em Armamar, quer no Peso de Régua, quer em Santa Marta de Penaguião, em todos os concelhos e territórios onde a Associação A2000 está implementada e opera, e no fundo aquilo que é feito das coisas mais nobres, mais dignas que a existência humana ou que a causa comunitária tem, que é diminuir as diferenças e permitir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, porque por vezes caiem no erro de dar as mesmas condições para todos, e todos são diferentes. -----

Congratulou mais uma vez a Associação A2000 na pessoa da Patrícia Neves, uma vez que foi a utente a apresentar o projecto. Por fim desejou um Feliz Natal e deu os parabéns pelo vídeo, esperando que no próximo ano se encontrem novamente com mais um projeto fantástico da autoria da mesma. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a intervenção acerca do projeto “MUDAT - A Mudança começa em ti!” da Associação A2000, e passou de imediato a palavra a Associação Aldeias Humanitar que protocolou com o município de Tabuaço a atividade que tem vindo a desenvolver no município, uma associação sem fins lucrativos que também está a fazer um trabalho muito meritório em vários dos concelhos da região, nomeadamente do Douro Sul, dando a palavra ao senhor Presidente da Associação, Domingos Nascimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Associação Aldeias Humanitar Domingos Nascimento, começou por cumprimentar todos os presentes, e felicitando o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de abrir um espaço à cidadania ativa e solidária, porque dá espaço a que a sociedade se manifeste também nestes espaços. Deu ainda um abraço especial à Associação A2000, que os antecedeu na apresentação, pelo trabalho excelente que fazem pela sociedade. -----

Após a apresentação feita pelo Presidente da Associação Aldeias Humanitar, que se encontra disponível nas redes sociais do Município, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua intervenção e à senhora enfermeira Joana Silva, diretora técnica, a presença, o profissionalismo, a dedicação e a entrega com que tem desempenhado as suas funções. -----

De seguida, questionou os Deputados sobre a pretensão de intervir, tendo-o feito o deputado **Cristófe Pedrinho**, que começou por saudar o trabalho que estão a fazer, referindo que já tinha conhecimento do mesmo, mas desconhecia o projeto em causa, que lhe parece um projeto de veras importante, principalmente para a região interior onde estão, referindo ainda que os idosos são uma força viva do país e que não se devem esquecer disso, finalizou desejando boa sorte para o projeto e um Feliz Natal.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua intervenção, dando a palavra de seguida ao **Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal**, que começou por dizer que a iniciativa desta organização é fundamental dentro da estrutura de apoio à comunidade, nomeadamente, uma lacuna que é visível no Serviço Nacional de Saúde. Referiu que existe um excelente Serviço Nacional de Saúde, reconhecido a nível internacional, e que têm profissionais de excelência, prestando um serviço muito positivo. No entanto, pelo facto da comunidade e das pessoas terem uma melhor qualidade de vida, no seu ponto de vista da longevidade, grande parte devida à excelência dos cuidados que são prestados a nível dos cuidados sub-primários e a nível hospitalar, a população vai durar muito mais anos, mas não estão bem preparados para prestar serviços de qualidade na longevidade. -----

Afirmou ainda que existe uma necessidade de apoio mais dirigido a esta franja da população, e de facto, os doentes crónicos e as pessoas que estão em condições de algum isolamento, vivem uma situação de grande dificuldade, e é com frequência que se regista a nível hospitalar, uma permanência de cerca de dez por cento da população do internamento, da quantidade de leitos que possuem no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

internamento, que estão sempre ocupados com doentes que precisam de uma colocação no seu meio, ou então em instituições que são cada vez menos, são mais escassas, para responder às necessidades permanentes. -----

Continuou dizendo que era um defensor da pessoa se manter na sua comunidade, no seu seio familiar se possível, e realmente esta estrutura era fundamental, quer seja por esta, quer seja pelo cuidador, quer ser seja pelo gestor de casos, ou em algumas situações através do Serviço Nacional de Saúde, onde isso já se conseguiu desenvolver, isto precisamente para acompanhar e impedir que estas pessoas possam facilmente e de uma forma crónica e contínua, aceder às urgências que realmente é por aí, em seu entender, que deveriam evitar que as pessoas recorram de uma forma frequente à urgência, não pela limitação cega de que as pessoas possam se dirigir aos serviços na sala de saúde, mas sim porque não tem a necessidade de ir tão frequentemente aos serviços. -----

Finalizou enaltecendo a estrutura, e dando os parabéns dizendo que está solidário e pronto para ajudar quanto for necessário, pois articulada com os serviços de saúde são uma excelência e por isso têm já reconhecimento e é de bom grado que a Câmara Municipal e a comunidade possam usufruir deste serviço, esperando que a nível nacional se ramifique com esta orientação ou com outra que possam ser congêneres com esta organização, e numa articulação mais próxima se calhar com as organizações estatais, para prestar este serviço que é muito necessário e muito importante para a comunidade. -----

Após a intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do senhor Vereador e para dar continuidade, foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por cumprimentar a título pessoal, o cidadão Domingos Nascimento, uma vez que nem todos conhecem, o cidadão Domingos Nascimento presidiu a Assembleia Municipal de Tarouca entre dois mil e treze e dois mil e dezassete, e era um pioneiro e um defensor do exercício da cidadania, a participação da comunidade na causa pública, no exercício do serviço público e da política pública que muitas das vezes acaba por estar um bocadinho alheada, assumindo também culpa nisso, porque às vezes os políticos fecham-se numa bolha. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que tiveram o privilégio de acompanhar o projeto desde o seu início em Sernancelhe aquando da fundação da associação, salientando a importância do trabalho que foi perfeitamente entendível na apresentação, também nas palavras do senhor Deputado Cristófe Pedrinho, nas palavras do senhor Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal, mais do que isso, e o facto de por diversos motivos que não importavam estar a referir, mas o facto de terem entrado no comboio oficialmente mais tarde nunca inviabilizou aquilo que foi a presença das Aldeias Humanitar no território do Concelho de Tabuaço.

Finalizou agradecendo e acreditando que não vai ser melhor pelo facto de agora estarem associados, mas que a obrigação era mais acrescida no momento.

Intervieio novamente o **Presidente da Associação Aldeias Humanitar**, Domingos Nascimento, que começou por agradecer as intervenções salientando um aspecto que o senhor Vereador Carlos Martins dos Santos Portugal referiu, a dinâmica do Aldeias Humanitar foi construída com muita gente, pessoas que voluntariamente criaram este modelo, muita gente da região mas também do país, e de todas as sensibilidades, ou seja, não conhece um projeto que reúna tanto consenso quanto tem reunido o Aldeias Humanitar e isso era fantástico. Disse que relativamente ao que tinha abordado sobre a articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), a verdade é que o Aldeias Humanitar nasce da constatação de pessoas que exerceram funções de liderança no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente a senhora Enfermeira Helena Norinha, de perceberem a angústia que era não ter resposta para as pessoas.

Afirmou também que o SNS é dos melhores, um serviço fantástico, dos melhores do mundo, e que quem alguma vez lá trabalhou, sabe do enorme profissionalismo dos enfermeiros, dos médicos, entre outros, e não é às vezes uma outra situação menos positiva que os fazia desacreditar do grande modelo de saúde, que para o próprio era muito humanizante. Continuou dizendo que era verdade, quando refere que o projeto nasceu da constatação e das dificuldades, mas tinham um grande objetivo, a lei da humanidade, que era um dia deixar de existir, ou seja, nessa altura as respostas já estão criadas na comunidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salientou também que a aproximação ao SNS é constante, é de todos os dias, e a articulação que é feita pela diretora técnica e pelos restantes elementos das equipas é sempre com os médicos, entre outros, sempre na perspetiva de promover a defesa das pessoas, porque nem sempre elas têm voz, mas têm necessidades, e o Aldeias Humanitar podiam ser a voz dos que não a têm. -----

Concluiu, reiterando os agradecimentos porque o protocolo de hoje foi só a formalização de uma coisa que já estava a acontecer há muito tempo, já fizeram coisas extraordinárias, só que o Aldeias Humanitar funciona de uma forma muito particular, de uma forma muito discreta, cada pessoa é uma pessoa mantendo a sua individualidade e a sua privacidade, e por isso nem sempre são tão visíveis quanto poderiam eventualmente ser, e que o trabalho não era feito por ele, nem pelos elementos da direção, mas sim feito pelos técnicos, que são seres humanos muito diferenciadores e diferenciados, porque não é fácil fazer esse trabalho, ser enfermeiro, por exemplo, como a Joana que estava em Inglaterra, e vir para um trabalho comunitário, de pessoa a pessoa, que os obriga a viver os problemas das pessoas, às vezes a qualquer hora do dia ou da noite, é preciso ser muito mais do que profissional, tem que ser um ser humano especial. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu todo o trabalho desempenhado pela estrutura do Aldeias Humanitar no território, dizendo que era testemunha privilegiada e registava uma das últimas palavras do presidente do Aldeias Humanitar, Domingos Nascimento, que “*o objetivo do projeto é deixar de existir*”, e por isso nada mais altruísta e o que se propõe é que os cuidados a nível de saúde, a nível social, mas principalmente de amparo humano, estarem cumpridos e se e quando isso acontecer, a estrutura e as comunidades estão suportadas e estão humanizadas. -----

Agradeceu, mais uma vez o trabalho, da direção e principalmente do corpo técnico, da diretora técnica Joana Silva, que estava presente, pelo trabalho que tem vindo a desempenhar ao longo de vários anos. -----

Finalizou despedindo-se da Associação A 2000, agradecendo mais uma vez o trabalho que tem feito pela comunidade e pelos seus elementos mais especiais. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, dando nota da informação de que, ao contrário do que estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perspetivado e também até por alguma falta de tempo da sua parte para se inteirar do processo e do funcionamento da Plataforma Gestiona, esta última Assembleia ainda não decorreu com a documentação tramitada segundo essa Plataforma, esperando no primeiro mês de dois mil e vinte e cinco, conseguir junto dos serviços que essa implementação seja feita e seja derradeira para que na reunião ordinária de fevereiro já consigam aceder todos à plataforma, e que esta seja então o meio privilegiado para a operacionalização e a gestão documental que a Assembleia Municipal tem que utilizar, e futuramente ser mais ágil e mais eficaz.

Deu nota também da correspondência recebida nos últimos tempos, nomeadamente algumas publicações, principalmente o desejo de boas festas, que são sempre extensíveis aos senhores deputados, e também deu nota de uma comunicação que foi enviada diretamente pelos serviços por email, que é uma comunicação da DGAL, a Direção-Geral das Autarquias Locais, e que numa próxima oportunidade a documentação estaria disponibilizada na dita Plataforma Gestiona, muito mais atempadamente e de forma muito mais facilitada, para terem acesso a ela e à restante documentação que suporta as reuniões.

Finalizou dando conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal desde esse período que intermediou a última reunião ordinária e esta, em que as mesmas estarão já disponíveis também no site do município, assim como as duas atas da Assembleia Municipal em falta. Disse ainda que caso não estivessem disponíveis ainda, estariam nos próximos dias, na parte que compete à Assembleia Municipal.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo feito, o **Deputado Cristofe Pedrinho** que começou por referir que estavam a cerca de dois anos do fim do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) dois mil e vinte e seis, indagando o Presidente da Câmara e o município qual era o ponto de situação relativamente ao primeiro direito da Estratégia Local de Habitação do município de Tabuaço, uma vez que no próximo ano haveria muitos primeiros direitos a querem ser executados e provavelmente iriam ter problemas de mão-de-obra.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para responder à intervenção do **deputado Cristofe Pedrinho**, que começou por informar que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeiro direito tem duas componentes, tem uma componente pública que são as instituições e as entidades públicas que apresentaram candidaturas, e tem depois também a componente privada, sendo que do lado da componente privada existem já obras a decorrer, não muitas, existindo sempre uma dificuldade acrescida pois o processo de financiamento e de resarcimento dos promotores das candidaturas era idêntico ao Fundo Social Europeu, ou seja, obrigava a que existisse primeiro o pagamento e depois o recebimento do dinheiro por parte da entidade gestora do processo. Disse ainda que criou alguns constrangimentos, quer na parte do projeto, quer à frente, como no caso dos particulares, o tipo de aviso, o tipo de projeto, dirigem-se a pessoas que à partida são economicamente menos favorecidas, e que o executivo tentou criar aqui alguns mecanismos no sentido de em reuniões de Câmara conseguirem aprovar a pessoas mais carenciadas, se possam substituir às mesmas, enquadrando isso legalmente, para que depois possam avançar e possa ser o município resarcido em vez do próprio promotor. -----

Continuou dizendo que está atrasado, mas que as coisas estão a avançar, sendo que têm um outro pequeno problema, que é o facto de que as obras que já estão a avançar e os pedidos de pagamento que já foram feitos ainda não foram resarcidos, e ainda nessa semana o questionaram, uma vez que os empreiteiros já se começaram a queixar. Disse ainda que a informação que teve é que provavelmente apenas no final de janeiro é que começaria a ser desbloqueada toda a situação. -----

Relativamente à questão das candidaturas públicas, entraram com a candidatura em março do ano passado e entretanto depois foram convidados a assistir à assinatura do protocolo de financiamento, sendo que a candidatura do Município de Tabuaço não estava naquelas que iriam assinar, à semelhança de muitas outras câmaras, e não apenas câmaras, outras entidades públicas, que também não foram contempladas à altura, questionando na Comissão de Coordenação o porquê, qual é que teria sido o critério, e o critério foi a ordem de entrada das candidaturas, ou seja, as candidaturas que entraram até dezasseis ou dezanove de janeiro e que tinham capacidade de ser validadas, somando todas essas candidaturas chegaram àquilo que era a verba disponível e alocada naquela fase do aviso, ou seja foi essa data limite e a partir daí as outras ficariam num segundo plano. -----

Referiu que lhes foi comunicado que todas as candidaturas que entraram até ao final de março de dois mil e vinte e quatro foram aprovadas ou já havia uma nova verba alocada para as mesmas, sendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois existiria aqui um outro problema, ou seja, ainda não aconteceu a assinatura do contrato de financiamento, sendo que, por exemplo numa realidade como a da Câmara e atendendo àquilo que é o volume de investimento das requalificações dos imóveis que pertencem à Câmara, ao contrário, por exemplo, daquilo que acontece com a questão da requalificação da escola, como mais à frente depois iria tentar explicar também, para a Câmara era mais simples, pois mesmo ainda não tendo o contrato de financiamento e não tendo a receita do outro lado iriam avançar, sendo que no que diz respeito aos valores por exemplo para as juntas de freguesia, isto já se reflete numa ou outra dificuldade, até porque os investimentos que as juntas têm propostos, se não tiverem ainda o contrato de financiamento assinado, não o conseguem colocar enquanto receita. -----

Deu nota ainda que tinha conversado com senhores presidentes de junta durante a semana, nomeadamente aqueles que tinham candidaturas aprovadas, para insistirem, houve também alterações na estrutura do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, existindo uma nova direção com uma nova administração, acreditando que isso tenha obrigado a passar por um período de ajuste e por um período de conhecimento, até porque o senhor Vice-Presidente, o senhor Engenheiro Rui Eribrio, que estava e entretanto deixou de estar, o que à partida também seria uma mais-valia para dar o feedback daquilo que iria acontecendo, mas que ainda há uns dias esteve com o novo Presidente do IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), e ficaram de reunir na primeira quinzena de janeiro, porque também pretendiam conseguir, quer para as entidades públicas, quer também para as entidades privadas, perceber se depois de janeiro, aquilo que vai ser o ressarcimento, teria que haver aqui uma regra, pois se têm prazos para tudo, aqui também teriam que ter. Isto porque aquilo que o senhor deputado disse, é o primeiro direito, é requalificações na área da saúde, é requalificações na área das escolas, é um ano de eleições autárquicas, portanto se já agora e se durante este ano fruto também daquilo que é a volatilidade e a oscilação das matérias-primas, o que muitas das vezes leva a que os projetos feitos há seis meses já estejam desfasados daquilo que é a realidade económica para as empresas, prevê-se aquilo que disse e muito bem, tendo exatamente a mesma opinião e achando que todos ali presentes também, seria um ano difícil porque não acredita que haja capacidade para tanta obra que vai acontecer, porque mesmo que não pensem em outras, está-se a falar naquilo que é o plano de recuperação e resiliência, porque esse tem obrigatoriamente que ser concretizado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que existem várias medidas, houve já um valor de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, que evita o visto do Tribunal de Contas, e falou-se também à semelhança daquilo que aconteceu na altura em que José Sócrates era Primeiro-Ministro, e quando se fez aquela requalificação nacional do parque escolar onde aconteceu uma situação similar, em que depois se abriu um regime de exceção e na altura conseguiu-se enquadramento legal para obras até a um valor superior, ao invés de ser obrigatoriamente o concurso público com consulta prévia, mas parece-lhe que aqui vai ter que haver também o reajustamento daquilo que são os montantes elegíveis, até porque era preferível ajustar agora, para estes poderem ter a possibilidade de o fazer, do que se estar à espera mais para o final, e depois já não haver tempo para que as coisas se concretizem.

Concluiu dizendo que era esta a situação do primeiro direito, e que esperavam ter respostas ao longo da semana passada e não tiveram, têm insistido porque é lógico que as obras não andam, e depois muitas das vezes, e todos sabem a dificuldade também daquilo que é o setor da construção, que também há semelhança de todos os outros, que depois eventualmente param uma obra para ir para outro lado, e depois era difícil regressar.

Disse ainda que existe o compromisso de que durante o mês de janeiro iria estabilizar, esperando que em fevereiro as notícias que tragam sejam melhores, sendo que na Câmara, vão avançar com os concursos já no início do ano, independentemente do contrato de financiamento, mas também junto do senhor Ministro da Coesão, insistir para que os contratos de financiamento sejam feitos, até porque, neste caso para o município o valor é relativamente baixo e conseguem enquadrá-lo, mas por exemplo, para a escola que estão a falar num valor na ordem dos três milhões de euros, não conseguem avançar com concurso enquanto não tiverem um contrato de financiamento do outro lado que garanta a receita de 90% ou qual seja a comparticipação, porque senão no futuro têm o Tribunal de Contas a bater-lhes à porta, porque não têm essa capacidade.

Realçou que uma vez que começou a falar na questão da escola e sobre uma outra questão que iria depois falar na informação escrita, indicou que tiveram no Conselho Regional do Norte em Chaves há uns dias atrás e na altura no final da intervenção do senhor Presidente da Comissão de Coordenação, onde o mesmo referiu que o critério que iria ser utilizado para o reforço que iria haver para o parque escolar, onde as escolas que foram candidatadas e que ainda não estão dentro, porque o governo diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e aquilo que já dizia o anterior governo, todas as escolas que estão irão ser requalificadas, há um reforço e o critério agora disse ele, iria ser a maturidade dos projetos e que depois irá vir ainda uma verba adicional, que verterá do BEI, e que essa ainda não está decidida a forma de como ou qual o critério de aplicação. E na altura quando ele terminou, pediu a palavra e manifestou aquilo que é a indignação pela forma como todo este processo do parque escolar tem sido conduzido, porque quando chegaram em dois mil e treze, os investimentos naquele quadro comunitário tinham sido definidos pela comunidade intermunicipal entre os dezanove municípios, tendo-se chegado a uma hierarquia de prioridades daquilo que eram as escolas mais deterioradas e eram essas que estavam a ser intervencionadas à época, Moimenta da Beira, Murça, sendo que depois Moimenta da Beira acabou por não fazer o investimento porque o processo dilatou-se no tempo por causa de vistos do Tribunal de Contas, mas foram Murça, Peso da Régua, Vila Real, Carrazeda de Anciães, e por aí. -----

Deu nota ainda que houve uma verba que ficou livre e que aquilo que dentro da CIM Douro quando ainda era a CIM Douro a decidir, ficou acordado de que seria a escola de Tabuaço, até por uma questão de antiguidade, a que estava imediatamente a seguir, mas existia outra situação, que era uma situação de urgência e até de segurança, nomeadamente o pavilhão ginnodesportivo de Armamar, que era um antigo armazém de fruta que tinha sido adaptado e era onde os meninos tinham aulas, e aí como é lógico, coerentes como entendiam que deveriam ser dentro daquilo que é a coesão territorial, entenderam que aquele investimento e aquele valor, até porque também não era um valor elevado, tendo que haver reforço desse valor e troca de verbas entre o município de Armamar e outros municípios relativamente a outras áreas de investimento para conseguir chegar a uma taxa de participação maior, ali naquele momento ficou decidido que no quadro comunitário que já não seria em dois mil e catorze, mas mais à frente, a Escola de Tabuaço seria a primeira da hierarquia da CIM, mas entretanto, a DGEstE e o Governo à época, alteraram esta situação, criaram uma lista, que foi depois validada pela Associação Nacional de Municípios, e nessa lista o Município de Tabuaço integrava aquilo que depois tinha três validações, que era prioritária, urgente e muito urgente, sendo que muito urgente é mais do que prioritária, não conseguindo, depois de perceber ou definir aquela distribuição. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou dizendo que o município de Tabuaço estava já com outro problema dentro da CIM Douro, e sem qualquer consulta à CIM Douro, havia umas sete ou oito escolas que estavam um grau acima da escola de Tabuaço, o que na altura manifestaram desagrado, onde disseram que a CIM naquele quadro comunitário não teria nada a ver, mas houve sempre a garantia de que todas as escolas que faziam parte daquela listagem, mediante o orçamento e a candidatura, iriam ser intervencionadas e o valor iria chegar. Entretanto abriram as candidaturas, e após a candidatura do Município qual não foi o espanto quando chegaram e viram que também não os convidaram para assinar o acordo. -----

E porque mais uma vez veio a ordem de entrada. Sendo que nesta ordem de entrada até escolas que não estavam naquela listagem foram aprovadas e passaram à frente. E depois, quando o senhor Professor António Cunha disse que a culpa não era sua, teve que defender os interesses do Município, pois o mesmo tinha referido que o dinheiro que vem a seguir para compensar aquele que agora foi pela ordem de entrada iria ser a maturidade, mas se calhar está-se outra vez na bica a entrar pela ordem de entrada, porque depois vêm os municípios como Gondomar, como Amadora, como Lisboa, que têm dinheiro e que se calhar nem precisam, ou nem têm obras urgentes, e fazem requalificações. -----

Ou seja, a verdade é que o dinheiro daquilo que era uma obra que iria entrar em dois mil e quinze, ainda hoje não tem contrato de financiamento, o senhor Ministro diz que vai haver dinheiro, o senhor Ministro das Infraestruturas também diz que vai haver dinheiro e também já disseram que poderiam avançar com o concurso, só que o problema é esse, e foi o que disse aos senhores Ministros, em que se calhar outras câmaras da mesma dimensão, com outra saúde financeira, poderão avançar com o concurso porque têm capacidade financeira para isso, mas o Município de Tabuaço não tem porque não conseguem ter dois milhões e meio ou três milhões de euros ali disponíveis, sem terem o contrato de financiamento assinado e a receita que terá que ser contraposta com aquilo que é a despesa, para poderem avançar com o concurso, porque senão depois o Tribunal de Contas reprova, ou seja teria que haver uma definição clara das regras. -----

Vai haver dinheiro para todos, mas não podem estar ciclicamente à espera ainda para mais, quando têm uma escola que está em condições piores do que muitas outras daquelas que têm sido aprovadas e beneficiadas porque se mudam as regras do jogo. Finalizou referindo apenas para dizer que se querem também acelerar todo o processo do PRR, também têm de ser claros com a definição daquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são os critérios. Não podem abrir concursos e depois só no final é que explicam qual é que é o critério. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um** da ordem do dia, para a qual foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que começou por dizer que iria ser o mais breve possível relativamente à questão do primeiro direito já tinha falado anteriormente, fruto da intervenção do senhor Deputado Cristófe Pedrinho, permitiu ainda que se falasse na questão da escola e que se falasse também já na questão do Conselho Regional, que teve lugar em Chaves. -----

Referiu que no Conselho Regional abordaram também a temática do PDM (Plano Diretor Municipal) porque tinham também fruto da situação que viveram durante algum tempo com algumas indefinições no processo, levando a atrasos, e quando começaram a solicitar os pareceres já havia outros à frente, e neste momento aquilo que era o compromisso com a Comissão de Coordenação era de que até ao final do corrente ano teriam a primeira reunião plenária e os documentos preparados, onde ainda na semana passada estiveram reunidos com o senhor Professor António Cunha e com a senhora Vice-Presidente Célia Ramos, onde já os descansaram, na medida em que esses documentos serão submetidos até ao final do ano corrente, aproveitando também para referir que esta conversa teve lugar num dia em que se celebrou o vigésimo terceiro aniversário da classificação do Douro Património Mundial, e onde o Prémio de Arquitetura do Douro deste ano foi para uma obra do concelho, na freguesia da Adorigo, o que muito os orgulhou e que diz muito daquilo que é a qualidade, o empenho, e a capacidade do investimento privado no concelho, que felizmente vai criando cada vez mais condições para que possam cada vez mais ser uma referência no panorama turístico da região, do norte do país e até do próprio país. Em fevereiro, dependendo se tiverem o agendamento da reunião, poderão já trazer evoluções relativamente à questão do PDM. -----

Relativamente à questão dos painéis fotovoltaicos que têm vindo a falar, ainda no dia anterior falou com o administrador da Finerge, em que por questões de logística dos próprios, apenas iriam nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próximos dias e até ao final do ano levantar o Alvará para iniciar a construção, sendo que a aprovação do projeto teve lugar já há cerca de dois meses, e as coisas agora estavam no lado da empresa. Eles solicitaram uma reunião que terá lugar no início do ano para falarem das questões de logística, em que a empresa que ganhou a obra também já veio falar com a câmara, falando também já com alguns presidentes de junta no sentido de assegurar questões de logística, porque está-se a falar de um horizonte temporal de obra grande e de uma obra que vai trazer muita mão-de-obra. E isto depois acaba por ter uma série de efeitos, quer a nível daquilo que é a permanência das pessoas, estando em crer que no início do ano as coisas estariam em condições de avançar. -----

Deu nota ainda que estiveram presentes em Lisboa no final de outubro ou novembro, onde falaram tanto com os senhores secretários de estado da floresta e da administração local, como com o senhor ministro da presidência, com o senhor ministro das infraestruturas e com alguns secretários de estado, onde manifestaram algumas das suas reivindicações, algumas das situações com as quais não concordam, algumas das situações que foram ao longo dos anos sendo verbalizadas e que entendem que têm que ser concretizadas. -----

Continuou referindo que existem outras situações a nível distrital, onde houve garantias relativamente à questão do IP3 e à questão do hospital, disseram que o iriam anunciar em breve, relativamente àquilo que é mais próximo do concelho, a situação que tinham apresentado no plano de investimento ainda na altura do senhor Primeiro Ministro Dr. António Costa, onde os grandes investimentos tinham a ver com a linha do Douro, que ainda está numa fase muito atrasada, com a questão da naveabilidade, e aquilo que é a questão do IC26, que é uma via estruturante, havendo também a garantia de que o estudo do IC26 iria continuar. -----

Depois, no que diz respeito ao Concelho de Tabuaço, manifestaram também aquando da visita do senhor Ministro das Infraestruturas ao Concelho de São João da Pesqueira, onde veio anunciar a requalificação da estrada nacional duzentos e vinte e dois das Bateiras para cima, concordaram, mas também manifestaram a urgência e a necessidade que era requalificar a parte da Nacional duzentos e vinte e dois que tem incomparavelmente mais tráfego, que é aquela que vem de Lamego até às Bateiras, sendo uma estrada que infelizmente não tem uma alternativa, como se julgou possível há uns anos atrás, a uma cota superior que serviria Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguiria depois para o outro lado do Douro, sendo uma estrada que é turística, uma estrada que é a principal via económica da região, sendo inadmissível o estado em que a estrada se encontra, bem como a própria forma como a Infraestrutura de Portugal muitas das vezes se comporta nesse sentido.--

E bastava perceber que ainda no decorrer da semana houve um gancho em Santo Aleixo e, entretanto, foram colocadas umas tendas e uma casa de banho para os caçadores, e incrivelmente no dia a seguir houve uma fiscalização da Infraestrutura de Portugal para perguntar o porquê da casa de banho e das estruturas ali estarem, quando se passam meses em que a vegetação está a entrar na estrada e os senhores fiscais passam por lá todos os dias e não reparam naquilo. Manifestaram essa situação e foi dito pelo senhor Ministro que a obra que foi anunciada vinha no seguimento daquilo que era de trás e que irão avançar também para a outra parte da duzentos e vinte e dois, e que todos e toda a CIM entendem necessária. -----

Disse ainda que manifestaram também mais uma vez e através da entrega de um dossier que já tinha sido entregue à senhora Comissária Europeia em Bruxelas, e também na altura ao senhor Ministro Pedro Nuno Santos, que seria o Ministro das Infraestruturas à época, que era o estudo da priorização da requalificação da rede viária de cada um dos municípios, falavam nisto há já uma série de tempo e em que uma das soluções, atendendo a que não havia dinheiro de Bruxelas, não tendo havido investimento nacional, seria o próprio Estado Português solicitar ao BEI uma verba para que os municípios se pudessem financiar para beneficiar as estradas municipais, verba essa ou dívida essa que teria que ser excecionada do limite de dívida, até porque era uma necessidade urgente. Aquilo que lhes foi dito pelo senhor Ministro das Infraestruturas, era de que isso era uma realidade, onde o senhor Secretário de Estado que também estava presente a corroborou, e que esse pedido iria avançar, ou que já avançou, e ficaram ainda mais satisfeitos porque lhes foi anunciado de que o próprio Governo irá comparticipar com parte daquilo que à partida seria cem por cento de investimento das Câmaras. Ficaram satisfeitos, e iriam aguardar e continuar a insistir. -----

Relativamente à questão da Zona Especial de Proteção, informou que se manifestaram mais uma vez para o absurdo que continuam a ser as diferentes graduações da Zona Especial de Proteção, onde esta não é legislada, e o facto de não ser legislada e ser um conjunto de intenções ou de recomendações leva-os para um imaginário de subjetividade que é perfeitamente absurdo, e não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido nenhum continuarem a ter parte da sede do Concelho como Zona Especial de Proteção, quando a Malha Urbana é em Tabuaço. E não se pode comparar aquilo que é a Zona Especial de Proteção sendo em Tabuaço como sendo em Santo Aleixo, como sendo em Valença, como sendo em Adorigo, não tendo o mínimo sentido. -----

Continuou referindo que o senhor Secretário de Estado das Florestas indicou, porque o questionaram também relativamente à questão da carta de perigosidade de incêndio, aquilo que muitas das vezes cria constrangimentos à edificação, e ainda de manhã tiveram uma reunião na CIM Douro relativamente à questão dos investimentos territoriais integrados, para perceberem porque é que o prazo foi prorrogado, mas para perceberem também se dentro de cada item haveria variações, e verificaram que relativamente à questão da proteção civil e com a proteção de incêndios iria haver uma redução porque a população de Tabuaço não era toda considerada. Havia duas freguesias que na Portaria, Adorigo e Valença do Douro não eram consideradas de risco de incêndio absoluto. Então essa população é tirada, havendo uma diminuição no valor, porque deixam de ser a totalidade para aquelas freguesias. No entanto, em Adorigo e em Valença, se forem estas duas ou sejam elas quais forem, no que toca a edificação e a licenciamento de edificação têm de cumprir a Carta de Perigosidade Rural exatamente da mesma forma como se for Sendim, como se for Chavães, como se for Paradela, como se for a Granjinha ou Arcos, o que é perfeitamente absurdo, porque para beneficiar não há perigo de incêndio exatamente nos mesmos sítios. -----

E o senhor secretário de Estado disse vindo à CIM Douro também apresentar isso, que é importante mudar o algoritmo, porque no fundo o que calcula a perigosidade dos incêndios é um algoritmo, é uma coisa feita em computador, sendo que depois existem fatores, como por exemplo a inclinação, pois a partir do momento em que em zonas de vinha têm uma pequena mancha de três ou quatro árvores, ali ao lado é considerado zona de risco, onde já não há risco nenhum, relembrando um financiamento que todos se candidataram, havendo freguesias que não receberam dinheiro nenhum porque o Estado entendeu que naquelas freguesias não havia risco de incêndio. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal marcou presença com a CIM Douro, onde esta foi a terceira região do país a seguir aos Açores e ao Alentejo, mas em moldes diferentes, com uma pessoa a representar a CIM Douro, abrir uma delegação em Bruxelas para perceber os quadros comunitários,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque o lobby existe, para tentar também trabalhar os quadros comunitários para depois também tentar de alguma forma, perceber melhor os mecanismos das candidaturas e também numa lógica de procura de financiamento e procura de se tornarem mais atrativos para aquilo que podem ser potenciais investidores. Felizmente, acabam por estar até numa posição privilegiada pela sua presença lá em Bruxelas, muitas das vezes está presente nas reuniões e ainda agora está agendado na primeira reunião plenária deste novo mandato do Comitê das Regiões, que vai iniciar-se em fevereiro, a direção e o secretariado da CIM Douro estarem presentes, porque irão depois estar no Comitê das Regiões para que os novos presidentes, os novos presidentes de comissões, os novos presidentes de grupos parlamentares, já os conheçam. -----

Concluiu dizendo que tem andado nas últimas semanas e nos últimos meses já está em funções a equipa do Radar Social, têm visitado as localidades juntamente com os senhores presidentes de junta, e relativamente ao sucesso escolar iria iniciar-se já em janeiro. -----

Deu nota também que teve lugar em Tabuaço o Dia Mundial do Enfermeiro de Reabilitação, onde houve uma ação, e que os encheu de orgulho o facto de ser em Tabuaço. -----

Referiu que esteve em representação do Comitê das Regiões juntamente com o senhor Presidente do Comitê das Regiões na Jordânia em Amã, numa fase complicada, porque era um cenário bastante perto quer das fronteiras com a Síria, quer do cenário de guerra, e onde se discutiram situações bastante complexas, pois tinha ocorrido diversos eventos relacionados com as alterações climáticas, ou estavam as alterações climáticas novamente em discussão por causa das tragédias que tinham acontecido em Espanha, onde a própria situação dos cenários de guerra e da instabilidade que criam, para eles era interessante perceber, pois eles viviam aquilo e para eles acabava por ser normal. Era interessante perceberem a relativização ou o insustentável peso ou a insustentável leveza de um determinado assunto. -----

Falaram também em alterações climáticas, e eles também se preocupam, porque grande parte deles são países da Orla Mediterrânea, da parte de África, e sofrem mais com a seca do que os europeus, mas depois, quando falam muitas das vezes naquela questão de que vão mudar o mundo, e percebem que existe dois terços do mundo que vivem uma realidade ambiental completamente distinta. Esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativização é também importante para que consigam tolerar melhor aquilo que é a diferença e não serem tão fundamentalistas, muitas das vezes, com quem não tem a mesma opinião. Até porque na maior parte das vezes, quando isso acontece é porque a origem de onde vêm e de onde os outros vêm são realidades completamente diferentes, e isto permite também para além de toda a importância, o conseguirem perceber e até ajudar a ultrapassar obstáculos que se calhar às vezes parecem intransponíveis. -----

Por último referiu que estiveram em Chavães e em Arcos, e era importante exaltar os cem anos do senhor Padre Ildo, as comunidades fizeram-no, e dever-se-á exaltar a vida e aquilo que faz cada um andar. -----

Não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às dezasseis horas e quarenta minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA** prosseguindo de imediato para o **ponto dois** respeitante à apreciação, discussão e votação das **peças do procedimento e das propostas inerentes a aquisição do serviço público de transporte rodoviário de passageiros na região do Douro para os anos de 2025, 2026, 2027, 2028 e 2029**. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para salientar que à semelhança daquilo que já aconteceu, ou tem acontecido nos últimos anos, a Câmara Municipal de Tabuaço tem vindo a integrar a Autoridade de Transportes constituída pela maior parte dos municípios da CIM Douro, exceptuando Vila Real e Lamego, porque mesmo Moimenta da Beira que também era Autoridade de Transportes independente, agora já integrava este consórcio, sendo que neste momento, e face àquilo que era a questão do financiamento, têm duas situações e não apenas à assunção do compromisso, sendo a primeira questão relacionada com os valores, em que estes andam mais ou menos naquilo que são os valores que foram pagos anteriormente, sendo que registaram uma diminuição, uma vez que se pagou, mais ou menos, trezentos mil euros, e agora as contas vão para mais ou menos duzentos mil euros, ou seja o valor é mais reduzido em virtude da comparticipação do “PART”. -----

ATA 18 || 2021.2025 Fls. 408



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu ainda que continuam a ter um problema porque os circuitos intermunicipais não são pagos por eles, são pagos pela comunidade intermunicipal e por uma outra entidade, só que infelizmente, a maior parte das carreiras e dos circuitos são municipais, e por isso muitas das vezes não tem a ver com a dimensão populacional do município, tem a ver sim com aquilo que é o peso, porque as carreiras municipais são aquelas que são suportadas única e exclusivamente pelos municípios, mas dentro deste acordo só estão contempladas as intermunicipais, ou seja circuitos como Tabuaço para Régua ou de Tabuaço para Moimenta, essas aí não é o município que as suporta. -----

Deu nota ainda que o valor é um valor que reflete basicamente o mesmo, reflete os índices da inflação e eventuais acertos que possam haver naquilo que são os recursos humanos afetos. Disse ainda que traziam o teto máximo, mas que ainda teriam de reunir novamente com a equipa que coordena todo o processo, porque existem valores que têm uma discrepância muito grande, dado que cerca de quarenta por cento do custo dos transportes se deve apenas a um circuito, que é o circuito que vem de Valença do Douro, e não o conseguem entender pelas contas que foram apresentadas, e por isso é que ainda iriam reunir novamente para perceber o porquê desse valor ter um peso tão elevado, porque dentro daquilo que são os quilómetros ou os recursos humanos afetos, não conseguem vislumbrar uma diferença de valor tão significativa. -----

Continuou dizendo que o máximo que eventualmente poderia acontecer, era a diminuição daquilo que era este valor, sendo que era de uma tremenda injustiça, porque nas áreas metropolitanas as pessoas têm passe, as pessoas pagam transportes públicos que são comparticipados por aquilo que é o erário público, enquanto em Tabuaço pelo facto de serem poucos, pelo facto de não ser lucrativo para nenhuma empresa fazer, quem paga o prejuízo que as empresas têm são os municípios, ou seja, estão a pagar para terem autocarros e depois, muitas das vezes aquilo que acontece é que o que obriga os autocarros do município a cumprir, a legislação para as empresas transportadoras parece que é outra, porque muitas das vezes os autocarros que circulam em Tabuaço não parecem sequer que cumpram as normas, mas quando a fiscalização chega há aqueles regimes de exceção e é nesse sentido que considera uma tremenda injustiça que o município de Tabuaço anualmente tenha que dispor de mais de trezentos mil euros para garantir que as crianças venham de suas casas para a escola, enquanto numa série de outros sítios onde as pessoas à partida têm acesso a rendimentos superiores, têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acesso a uma série de outras facilidades, acabam ainda por beneficiar e por ter transportes mais baratos, sendo quase a mesma coisa que acontece com a água, em que a água que uma Câmara do Porto compra era mais barata do que aquilo que a Câmara de Moimenta da Beira compra, isto porque um quilómetro de conduta em Moimenta custa mais porque serve menos pessoas e era assim que o rácio era feito, ou seja quanto mais pessoas servir um quilómetro de conduta, mais rentável é o negócio e portanto mais baixa a água poderia estar. -----

Finalizou dizendo que neste caso ainda não é o consumidor que paga, mas irá acabar por ser, sendo uma injustiça tremenda, e é daquelas situações que esperam que vá sendo diluído ao longo do tempo, porque este dinheiro que gastam numa atribuição que na sua opinião é competência do Estado em grande parte do seu todo, não seja imputado ao município, e sendo que depois o município não poderá investir esse valor em outras áreas fundamentais. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho** que começou por referir que iria ser breve, e apenas para dizer em primeiro lugar que o trabalho realizado pela empresa TIS, era um trabalho fantástico, porque caso tivessem lido os documentos que lhes foram enviados, eram vários documentos, eram exemplares na forma como apresentam toda a caracterização do trabalho que vai ser realizado, e por isso saudar a empresa pelo grande trabalho que fez e dizer que iria votar favoravelmente, sedo uma solução que concorda na sua totalidade. -----

Mais disse que o PARES ou o PART veio ajudar a reduzir os custos para o município, e indo de encontro com o que o senhor presidente da Câmara Municipal também tinha referido anteriormente, relativamente às áreas metropolitanas, ser uma realidade que também deveria ser aplicada no interior e principalmente no interior do interior, onde têm mais dificuldades com os transportes e onde as empresas não querem vir fazer esse trabalho. -----

Finalizou realçando que era um trabalho fantástico, porque tem visto vários trabalhos a acompanhar essa área, e era dos poucos trabalhos que viu como este, simples eficaz e esclarecedor, e nesse sentido iria votar favoravelmente os dois documentos apresentados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do plenário, foram as duas autorizações do ponto dois sujeitos a votação, apurando-se os seguintes resultados: -----

A alínea a) autorização para a celebração do acordo de financiamento; [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de setembro], foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos.

A alínea b) autorização prévia para a assunção e repartição de compromissos plurianuais; [cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como do artigo 22.º n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 1987/99, de 8 de junho, na sua redação atual, foi aprovado, por unanimidade, com vinte e um votos. -----

Continuando com os trabalhos agendados, por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta o conteúdo dos três pontos seguintes: o **ponto três** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de 2025**; o **ponto quatro** relativo à apreciação, discussão e votação da **proposta das grandes opções do plano para o ano de 2025**; e o **ponto cinco** referente à **apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte cinco**, e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado, tendo pedido ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização do assunto. -----

No uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal referiu que iria ser breve, começando por dizer que continuam a ter o mesmo problema e que espera que seja este ano, pelo menos têm tentado junto das entidades como já o tinham tentado no passado, ou seja desde sempre já à época com o senhor Secretário de Estado Carlos Miguel, como agora também com o senhor Ministro, quando lhe voltaram a referir o assunto, que era a questão da consolidação daquilo que é a dívida existente, e que lhes permitisse ultrapassar aquele tal pressuposto legal pelo facto do município já ter ultrapassado por ter feito um saneamento financeiro não poder consolidar a dívida por causa disso, sendo que depois todas as condicionantes que vêm descritas no próprio relatório, que é o facto de mais de cinco milhões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros não terem estado vertidos naquele e depois terem sido registados ao longo do ano, acrescido de toda a outra dívida que surgiu, desvirtuando completamente aquele saneamento. -----

Continuou dizendo que enquanto eles não tiverem esta consolidação, que chegaram a ter aprovada com o financiamento e depois o Tribunal de Contas chumbou de uma forma que não conseguiram entender por questões de fundos disponíveis, quando no fundo aquilo que era o valor do empréstimo entraria e serviria para liquidar exatamente o mesmo valor da outra dívida que está em tribunal e que está para ser gerida, onde se paga taxas de juros de seis por cento ou sete por cento, sendo que enquanto estiverem em tribunal não, mas que depois mais para a frente sim. -----

No que diz respeito a este assunto o Presidente da Câmara Municipal quer acreditar que esse valor acaba por se refletir e ter o seu peso no orçamento porque este tipo de dívida tem de constar no orçamento. -----

Mais disse que existe um acréscimo considerável que se deve ao facto de dentro do PRR e daquilo que é o próximo quadro comunitário, a obrigatoriedade de execução de grande parte dos investimentos territoriais integrados que o município tem, isto porque se nada em contrário houver, até trinta de setembro grande parte dos avisos em grande parte das áreas de investimento, terão que ter uma concretização de trinta por cento, o que à partida implica que tivessem que refletir no orçamento essa taxa de concretização. -----

No seu entendimento e como o senhor deputado Cristófe Pedrinho tinha referido, quer-lhe parecer que mais uma vez será prorrogado no tempo, até porque iria haver muitos concursos vazios, iria haver muitas situações, e de alguma forma apenas refletir aquilo que são as ITI's, em que ainda durante a manhã estiveram na CIM no sentido de perceber se eventualmente poderia haver esta prorrogação, dado que grande parte destes serviços teriam de ser candidatados até trinta e um de dezembro, e entretanto já tinham uma comunicação de que este prazo tinha sido prorrogado. -----

Referiu que as áreas de intervenção seriam nomeadamente a modernização dos serviços administrativos do município, a reabilitações energéticas dos espaços públicos, como os espaços do município, as casas dos magistrados, o investimento na área da proteção civil e das alterações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

climáticas, da implementação do plano para as alterações climáticas, sendo que este valor iria transitar também para a proteção civil, porque existia uma duplicação, ou seja existia uma candidatura comum a todos os municípios através da CIM Douro, mas como na altura ainda não existia essa possibilidade, ainda se encontrava ali refletido. -----

No que concerne ao tratamento do saneamento e ao abastecimento de água, possuem um valor bastante elevado nas intervenções por forma a reduzir as perdas de água e desperdícios, sendo que estes valores são aqueles que são afetos ao município e que na eventualidade de se integrarem numa entidade Supramunicipal ou de eventualmente se não se concretizar e chegarem a um acordo com as Águas do Norte, como já lhes foi proposto várias vezes, poderão posteriormente candidatar-se a outro tipo de fundos comunitários que não estão refletidos no orçamento, mas é um problema bastante elevado porque não têm aquele volume de perdas que na altura foi noticiado, não sendo culpa dos serviços, devendo-se àquilo que é a falta de capacidade de leitura das perdas, fruto de grande parte da rede já estar completamente ultrapassada e velha, e muitas das vezes a falta de dados leva a que esses dados sejam considerados como se de perdas se tratasse, e daí o valor de setenta por cento. Isto porque grande parte dos municípios ao contrário de Tabuaço e daquilo que o Engenheiro Telmo Fonseca fazia e muito bem, carregando os dados do município, e muitos deles não os carregam, e a partir do momento em que não os carregam também não aparecem nessa lógica das perdas, mas se calhar por isso mesmo, conseguiram um valor maior para esta área. -----

Relativamente à questão da recolha seletiva de Biorresíduos, é fundamental porque vão ter um aumento significativo dos preços naquilo que é a recolha seletiva, sendo um problema bastante complicado. Também na questão da promoção do sucesso escolar e na regeneração urbana, têm um valor considerável, a requalificação de espaços públicos e desportivos, como nomeadamente, o pavilhão municipal, assim como muitas outras, e nesse sentido este acréscimo que se faz sentir, para além daquela outra situação que tem sido recorrente, prende-se com o facto de grande parte das ITI's que no ano passado ainda não estavam definidas a nível de valor, este ano têm que as definir, mas também enquanto as definiram como despesa, definiram-nas também enquanto receita dentro da participação que cada uma delas tem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que não existem grandes alterações àquilo que já vinha do ano passado, porque também não discriminaram grande parte delas, ficaram na área de cada uma, até porque lhes permite também a eles e à divisão financeira uma maior flexibilidade naquilo que muitas das vezes são os ajustes, isto porque têm situações que se perceberem nos últimos dias que não vão ter possibilidade de as concretizar eventualmente as encaminharão para outro lado, e se houvesse rubrica definida seria mais difícil. -----

Do que ainda não tinham falado anteriormente, tinham a questão dos veículos elétricos e do mais interior. Relativamente ao mapa de pessoal os valores que estão plasmados são a extensão de algumas situações como aposentações e algumas alterações relacionadas com a transferência de competências, principalmente na área da saúde e na área da ação social. -----

Finalizou a sua intervenção dando nota que a Chefe da Divisão Financeira, por motivos de saúde, não estaria presente, mas se fosse necessário explicar alguma questão, alguém da divisão financeira iria à Assembleia Municipal fazê-lo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho**. ---

No uso da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho** reiterou novamente os cumprimentos, afirmando que seria breve por dois ou três motivos, começando por referir que o primeiro motivo era factual dizendo ao senhor Presidente da Câmara Municipal que seria o seu último orçamento enquanto Presidente de Câmara e seria um dos maiores orçamentos apresentados, pois pelo que pesquisou no site do município, afirmado que começou com dezassete mil, foi para treze mil, andou nos catorze mil, dezasseis mil conforme a necessidade, e agora chegava aos vinte milhões, referindo que não vai estar em campanha, não precisava de estar em campanha no próximo ano, mas também tinha noção que este ano os orçamentos municipais estariam todos um bocadinho sobrevalorizados por causa das autárquicas de dois mil e vinte e cinco, mas deixava claro que era o maior orçamento que o senhor Presidente apresenta enquanto Presidente do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que existia um aumento nas despesas de capital de dois milhões cento e catorze mil e setecentos e cinquenta euros, pensando que esteja relacionado com as candidaturas do PRR, principalmente com a escola, e existia ainda uma pequena descida de duzentos e quarenta e cinco mil euros nas despesas correntes, sendo que como o senhor presidente também tinha referido, não era um orçamento que mudava muito, ou seja era um orçamento de gestão de continuidade e, portanto, não tinha uma visão estratégica para o futuro do município com impacto no desenvolvimento local. -----

Deu ainda nota à Assembleia Municipal, que nas informações que lhes foram transmitidas, a informação sobre o orçamento apresenta um valor completamente diferente do que estava a ser apresentado para votação, não sabendo se era por lapso da informação, mas nas informações falava-se num valor de dezanove milhões seiscentos e oitenta e quatro mil euros, e no final estavam a apresentar um documento de vinte milhões de euros. Indagou o senhor Presidente da Câmara, para perceber se o documento seria um lapso na transcrição ou se realmente era um documento diferente do que seria votado. -----

Finalizou comparando o orçamento com o de dois mil e vinte e quatro e de dois mil e vinte e três, sendo este um orçamento de gestão uma continuidade, não havendo nada de novo, e realmente faltava um grande investimento, um investimento robusto para o futuro, haveria provavelmente a escola dentro da questão do PRR, mas seria sempre a questão do PRR, e assim sendo no seguimento daquilo que já tinha feito no passado, lamentava mais uma vez que o documento não fosse entregue em PDF, referindo que se houvesse um documento que deveria ter tido em atenção era este, e até poderiam ver os documentos anteriores relativamente ao TIS, ao transporte, que era um documento espetacular, como já tinha referido, onde deveria ter sido feito mais uma vez, para facilitar o trabalho dos deputados.

Não havendo, mais intervenções, usou da palavra a **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer e responder à intervenção do deputado **Cristofe Pedrinho**, começando por dizer que houve um lapso do município, e que só se apercebeu posteriormente quando leu a ata, em que não tinha sido enviada a informação das faturas solicitadas pelo senhor deputado Cristofe Pedrinho na reunião anterior. -----

Relativamente à questão da retificação, também pediu desculpa pelo lapso, e conforme já tinha ocorrido no ano anterior, foi enviado o que não deveria ter sido enviado, porque tiveram a aprovação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento e, entretanto, foi necessário acrescentar o mais interior e os veículos elétricos pois foram definidos os valores e os prazos de execução, e assim sendo na última ou na penúltima reunião de Câmara fizeram essa retificação. Assim sendo a documentação que deveria ter sido enviada era a que tinha o valor dos vinte milhões e não a outra, pois houve a aprovação mais à frente retificando esse valor. -----

No que diz respeito ao orçamento o Presidente da Câmara Municipal referiu e para contextualizar que bastava estarem atentos aquilo que era a evolução financeira do município de Tabuaço para perceberem a clara incapacidade que tinham de a expensas próprias levar a cabo grandes obras, tendo em conta que quando assumiram funções ainda sem toda a dívida registada, o rácio de endividamento rondava os três por cento e hoje em dia estava bastante abaixo, permitindo-lhes uma capacidade de endividamento superior a três milhões, tendo em conta o encerramento das contas do ano passado, e queria acreditar que em abril teriam um rácio de endividamento ainda mais baixo. -----

Continuou referindo que se não tivessem aquele tipo de comportamento e tivessem feito o contrário, porque no final acabam por ser penalizados por ter vindo a decrescer conforme decresceram, chegando a um ponto em que não lhes permitiram saneamento financeiro, o executivo anterior já tinha recusado através do PAEL que existia no passado, e posteriormente no FAM, pela redução que tiveram já nem sequer se enquadravam no facultativo. Ou seja poderiam ter estado um ano a gastar muito dinheiro, mas depois iriam ter o reverso da medalha, em que consolidariam a dívida, mas seriam acusados da má gestão. -----

Referiu que se canalizassem todo o dinheiro que ao longo destes anos foi investido e foi transferido para que as freguesias tivessem a capacidade de ter mais de sessenta e cinco por cento daquilo que é o orçamento que anualmente têm para eles próprios, como merecem e como é legítimo que seja, o poder investir naquilo que é a satisfação das carências das suas populações, se calhar teriam tido uns cinco milhões de euros para poderem ter feito coisas de maior dimensão, mas sempre entenderam que esta lógica da coesão teria que ser repartida desta forma, sendo sempre esta a perspectiva com que encararam as coisas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais disse que houve o reconhecimento ao longo dos anos daquilo que foi a estratégia que o município implementou, mesmo tendo a noção que ninguém mais do que eles gostaria de ter uma situação que andam a batalhar há dez anos, que é permitirem que agarrem numa dívida que hoje em dia era fácil de pagar, deveria ficar este ano na ordem dos oito milhões e qualquer coisa, quando esteve já acima dos vinte milhões, ou seja era difícil para quem recebe receitas correntes de seis milhões de euros, que não chegava a isso na maior parte das vezes, fazer o que quer que seja, sem ser através do recurso a fundos comunitários. Continuou dizendo que não conseguia ver o que existe em outros orçamentos municipais que a nível daquilo que era a potenciação, o fomentar daquilo que era fundamental para que as comunidades e para que a sustentabilidade económica exista, fosse diferente daquilo que ali faziam. -----

Referiu que onde se manifestava a incapacidade era em conseguir fazer investimentos públicos, se calhar a nível de infraestruturas públicas, e não tinham a capacidade financeira para o fazer. E desta forma iam tentando gerir aquilo que são os fundos comunitários com aquilo que eram os diversos apoios na área social, referindo que podiam não o fazer, mas entendiam que para ter um concelho mais equilibrado, para ter uma comunidade mais justa e mais homogénea, teriam de o fazer desta forma, sendo esta a sua estratégia. Continuou referindo que entendia o senhor deputado, porque o senhor deputado tinha os seus motivos e a sua opinião, mas não poderiam avaliar aquilo que era realidade presente sem irem àquilo que era a origem dessa realidade. Indicou que teria sido ótimo conseguir consolidar isso, porque permitiria ter uma gestão de tesouraria incomparavelmente melhor do que aquilo que era a gestão diária, com menos preocupações, não conseguindo entender como é que em onze anos não houve um governo que alterasse essa situação, recordando o senhor Secretário de Estado Carlos Miguel referir que tinham quase meio milhão de euros no FAM, pois o Município contribuía para o FAM, quando tinham a dívida que têm, ou seja era uma coisa absurda. -----

Continuou referindo que não achava que tivesse de ser o Estado ou as câmaras a financiar outras câmaras, as câmaras se tivessem capacidade deveriam financiar-se com quem tem essa função, ou seja na banca. E o Município conseguiu ao longo destes anos com que a banca, com níveis de exigência maiores, com a certificação que têm, em que já não se empresta dinheiro como no passado, havendo um controlo muito maior, conseguiram condições para um empréstimo a taxas de juro que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitia que as operações fossem mais baratas do que aquilo que tinham no momento, e foram sucessivamente ou não permitidos pelos governos, ou chumbados pelo Tribunal de Contas, não conseguindo entender como é que isso era justo, pois se estivessem a gastar mais, como por exemplo se tivessem começado nos oito, e agora estivéssemos nos vinte e um milhões era uma coisa, ou seja, todas estas decisões contribuíram mais do que muitas das vezes em momentos chave não tivessem a capacidade financeira para irem um bocadinho mais à frente, uma vez que conseguiram cumprir, tendo vindo a reduzir a dívida, investiram nas juntas de freguesia, investiram nos transportes escolares onde deveria ser o Estado a investir, investiram nas escolas e nos centros de saúde durante anos quando aquilo ainda era do Estado, ou seja substituíram-se ao Estado, e o Estado nunca lhes permitiu que ao longo deste tempo conseguissem fazer aquilo para que tinham capacidade. -----

Finalizou dirigindo-se ao senhor deputado **Cristófo Pedrinho**, referindo que não tinha relação por ser um ano eleitoral, mas sim porque tinham um peso muito grande naquilo que eram as transferências de competências e os vencimentos que tem principalmente na escola e em outros órgãos, levando a um acréscimo considerável, pois como lhe tinha referido anteriormente, no período da manhã aquando da sua reunião na CIM, na maior parte das ITI's havia a obrigatoriedade de apresentarem trinta por cento de concretização até setembro, e isso assustava-o, porque por mais que tivessem as coisas orientadas ou alinhavadas, o que nunca têm completamente, não ia depender deles mas sim de empresas que tivessem a capacidade, e não só capacidade, que entendessem o atrativo de vir fazer uma obra ali, quando se calhar fazer um primeiro direito, como por exemplo um bairro da Damaia, seria incomparavelmente mais apetecível. Ou seja, até pelos anos em que já lá andavam não acreditava que sejam dois milhões de euros de diferença no orçamento, que levassem a obter mais cinco votos ou não. Pediu ainda desculpa, pois a folha que deveria ter seguido com a informação escrita ficou na sua secretaria e apenas seguiu no dia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e acabou por explicar que a Câmara aprovou um primeiro orçamento que não é aquele que lhes foi remetido, pese embora os serviços tenham demonstrado que a Câmara cumpriu o que é suposto, ou seja a entrega do orçamento a trinta de novembro que comportava os dezanove milhões, e posteriormente após a aprovação do orçamento do Estado, houve a tal correção que o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara falou que iria para os vinte milhões, onde existe uma segunda aprovação da Câmara e uma segunda deliberação. E nesse sentido existiam duas deliberações que aparecem na informação escrita, em que a primeira é referente ao primeiro orçamento que cumpre a entrega da informação à Assembleia Municipal a trinta de novembro, e depois, o que efetivamente estava em apreciação no âmbito dessa segunda deliberação, onde constavam os vinte milhões, que era o que estava corrigido após o Orçamento de Estado ter as devidas correcções, e por isso não era um lapso, era a descontextualização de informação que poderia levar a esse mal-entendido. -----

Deu nota ainda para que terem em atenção a segunda deliberação que estava em cada um dos documentos, e era essa que estava correta conforme a documentação que foi disponibilizada e que estava em apreço. -----

De seguida, questionou se existia mais alguma dúvida, algum pedido de esclarecimento, ou alguma intervenção nos pontos ali em apreciação, não havendo mais intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto três respeitante à apreciação, discussão e votação da proposta do Orçamento das Receitas e das Despesas para o ano financeiro de dois mil e vinte e cinco foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, um voto contra do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto quatro concernente à apreciação, discussão e votação da proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte cinco, foi aprovado, por maioria, com vinte votos favoráveis, uma um voto contra do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

O ponto cinco referente à **apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte cinco** foi aprovado, por maioria, com dezanove votos favoráveis e duas abstenções, da deputada **Gisela Catarina Pereira dos Santos** e do deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal, procedendo à abertura de inscrições ao **ponto seis – outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, que começou por cumprimentar os presentes, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que tem relatado várias situações que o preocupam na freguesia de Sendim, mas uma delas ultimamente, tem-lhe chegado com bastante frequência, que era a inexistência de internet de alta velocidade em Sendim. Continuou dizendo que atualmente na freguesia de Sendim poderia ter quatro ou cinco famílias a viver em teletrabalho, e não têm porque cada vez que vêm a Sendim têm um grande problema por falta de fibra, não dos cereais, mas da fibra ótica, e era urgente porque o governo chamava as pessoas para virem para o interior, mas depois não tinham condições para receber essas pessoas, sobretudo os nómadas digitais que poderiam vir com mais frequência, e uma vez que mesmo durante as férias havia sempre gente com trabalhos a fazer, sem internet não o faziam sendo este um grande problema. -----

Finalizou dizendo que felizmente têm lá quatro ou cinco pessoas, não entidades, que têm fibra, como por exemplo a farmácia, a caixa agrícola, o lar, mais dois ou três comércios, mas que já não conseguem aumentar para as outras pessoas, e por isso solicitou com urgência que visse com a maior brevidade a resolução dessa essa situação, desejando por último um Feliz Natal a todos. -----

Não havendo mais intervenções e para dar a resposta necessária à questão colocada pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir que pensava que já tinha comunicado isso quando tiveram aquela série de queixas que a Câmara tinha feito e algumas outras freguesia também, e em que entretanto a ANACOM tinha escolhido o município de Tabuaço como um dos estudos pilotos relativamente à questão das zonas brancas, possivelmente por essas mesmas reclamações, tendo vindo inclusive apresentar o estudo efetuado, e em que entretanto no início deste ano a DST esteve em Tabuaço e comunicaram que dentro daquele plano o mesmo estava avançar no sentido de nas zonas mais rurais do interior, haver essa cobertura total, em que o município do Tabuaço fruto também desse tal estudo e de se perceber a carência que ainda ali existia, porque ficou a meio aquilo que era o investimento da fibra, ou seja, era um investimento para ser na totalidade, mas depois parou a meio, transmitindo-lhes que seria necessário ir mais além, apertando a malha mais ao pormenor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou dizendo que a lógica era que no final do ano já estaria em andamento todo o processo, solicitando o município até pelo facto da distância e pelo facto de ter havido um investimento que passou ali ao lado, que eles começassem pelo Pego, sendo que há dois meses atrás foi-lhes dito que já estava tudo pronto, e depois falando com o responsável pela 5G rural, que não era exatamente a mesma coisa que ali tinham, não houve alteração nenhuma, presumindo que isso possa ter acontecido também por o todo o atraso que o concurso teve, e em que entretanto a Telecom ganhou. -----

Mais disse que acreditava, até porque já existiam várias reuniões, que o concelho de Tabuaço dentro deste alargar que ia acontecer no país todo, seria um dos que iria entrar na primeira leva, estando previsto terminar no primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco, o que não acreditava que acontecesse, mas iam continuar a insistir, mas uma vez que a DST não lhes comunicou nada em contrário estava a aguardar resposta, pois nos próximos dias com a realização dos jantares de natal teria mais reclamações do género. -----

Finalizou dizendo que mal tivesse essa informação a colocaria no grupo onde estão as juntas de freguesia, ou até a enviaria para o senhor Presidente da Assembleia Municipal lhes transmitir. Referiu que uma vez que seria a sua última vez que lhes desejaría um bom Natal numa Assembleia Municipal, aproveitava para lhes desejar um santo e feliz Natal, e que o novo ano lhes trouxesse coisas boas e muita saúde. -----

Seguidamente, a Segunda Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença, o contributo e o desempenho das funções como deputados municipais e todas as outras que levam e têm como finalidade o bem-estar das populações, da área pessoal, profissional e familiar, desejando-lhes umas boas festas, um bom Natal, e se não se vissem antes também uma boas entradas, uma boa despedida de dois mil e vinte e quatro, e umas boas entrada em dois mil e vinte e cinco, e que durante o próximo ano também conseguissem como à data, honrar os mandatos dos quais foram investidos e pugnar também pelo desenvolvimento e pelo sucesso das políticas públicas em Tabuaço a bem de toda a sua população. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deu por encerrada a sessão quando eram dezassete horas e quarenta minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

ATA 18 || 2021.2025 Fls. 422